

HABEAS CORPUS Nº 501.743 - MG (2019/0091854-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : LEONARDO SILVA GLORIA
ADVOGADO : LEONARDO SILVA GLÓRIA - MG088104
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DIOGO PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO PEREIRA DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.19.015290-0/000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções dos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c 29, ambos do Código Penal e art. 2º, *caput*, §§ 2º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, na forma do art. 69 do CP.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta a falta de contemporaneidade dos fatos descritos como criminosos (que supostamente aconteceram no ano de 2014) e o decreto de prisão, sobretudo considerando-se que "*entre a data da homologação da delação premiada (14/09/2017) e a data da decretação da prisão preventiva (11/10/2018), somado, ainda ao fato de inexistirem fatos novos, bem como provas de reiteração criminosa após a data do ocorrido, ao menos por ora, não pode se vislumbrar nenhuma periculosidade oferecida pelo Paciente com o seu retorno ao meio social*" (e-STJ fl. 17).

Alega, outrossim, que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes e com ocupação lícita, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de

urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 26-29):

[...]

Em detida análise da decisão primeva, percebo que o magistrado justificou a necessidade da segregação cautelar como forma, principalmente, de garantia da ordem pública, da segurança da aplicação da lei penal e da conveniência da instrução criminal, após ter constatado haver prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, senão vejamos:

(...). Com efeito, em relação aos agentes acima indicados há elementos de prova suficientes para se concluir que todos desempenharam papel de elevada importância na execução do delito em apuração, bem como no embaraço da apuração dos fatos, conforme se infere do termo de colaboração premiada firmado com o Sr. Wander Flávio Moreira e depoimentos prestados por Sebastião Ferreira Chaves. Embora a investigação não esteja concluída, deve ser destacado que a organização criminosa vem praticado incontestáveis delitos na região há pelo menos 20 (vinte) anos e possui, até os dias atuais, diversos integrantes que ainda exercem atividades visando o interesse do grupo, de modo que a reiteração e habitualidade salta aos olhos. Certo é que ficou evidente que a alta cúpula da organização criminosa denominada “Irmandade” ou “Família” possui forte influência na região, inclusive entre Policiais Militares e Policiais Civis. Não obstante a existência de robustos indícios, as investigações não deixam dúvida de que grande parte d o grandioso esquema criminoso montado permanece encoberto e impune. Ora, a existência de provas da habitualidade, reiteração criminosa, utilização do grande poderio econômico e participação de dezenas de agentes, alguns ainda encobertos, verifica-se que há exaustivos dados concretos que revelam o intenso risco para a ordem pública, para a instrução penal, bem como para aplicação da lei penal, caso permaneçam os investigados em liberdade. (...) Não se pode olvidar que as investigações não foram concluídas e que os elementos analisados por este juízo nas páginas acima dão conta de um grandioso esquema criminoso capaz de inviabilizar a atuação do Poder Público local. Ademais, solto, os representados poderão fugir do distrito da culpa, destruir e/ou

ocultar provas dos delitos em apuração, coagir testemunhas e, como já relatado, praticarem novos homicídios a fim de evitar que outros envolvidos no esquema criminoso possam cooperar com a justiça, fatos que certamente dificultarão a aplicação da lei penal. (...). (Decisão que decretou a prisão preventiva – fls. 38/51 - d.u.).

Consoante é cediço, a prisão cautelar embasada na ordem pública visa evitar que o agente permaneça delinquindo no decorrer da persecução penal, restando distúrbios e intranquilidade no meio social.

Por sua vez, a segurança da aplicação da lei penal possui como pressuposto, evitar uma iminente fuga do agente que almeja se desobrigar dos atos processuais ou eventuais sanções.

Lado outro, a conveniência da instrução criminal possui caráter eminentemente instrumental e consiste em um meio assecuratório para a eficácia e bom andamento do processo.

No presente caso, da atenta leitura dos documentos juntados aos autos, especialmente a denúncia de fls. 29/37 – d.u., infere-se que, em tese, os denunciados eram integrantes de uma organização criminosa, conhecida como “Irmandade” ou “Família”, composta por fazendeiros, empresários, políticos, policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários, cujo objetivo era praticar diversos crimes, dentre eles, extorsão, corrupção ativa e passiva, concussão e homicídios.

Apurou-se que as pessoas escolhidas pelo grupo criminoso para serem vítimas de homicídios eram aquelas que se tornavam inconvenientes para a organização ou para um de seus membros.

Verifica-se que era realizada uma reunião para deliberar sobre quem seria os executores a realizar o crime, o local, a data, bem como a logística para a fuga.

Extraí-se que, no dia 26 de julho de 2014, o paciente e os corréus ceifaram a vida de E.M.S., impelidos por motivação torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. Ademais, extraí-se que os acusados agiram com o objetivo de receber recompensa, sendo o crime encomendado pelo indivíduo A.R.P., um dos principais membros da organização, atualmente falecido.

Infere-se que, no dia dos fatos, os denunciados D.P.O. e F.A.S.

se dirigiram ao local onde a vítima estava e, aproveitando-se de um momento de distração da vítima, efetuaram diversos disparos de arma de fogo em seu desfavor. Em seguida, os acusados evadiram-se pela

lateral da linha férrea e encontraram o paciente e os indivíduos C.A.B.C. e W.S.P., ocupantes do veículo Ford Fiesta e entregaram a arma de fogo utilizada no crime.

Em determinado momento, enquanto trafegavam pela estrada, os envolvidos foram abordados por policiais militares, tendo sido encontrado em poder de F.A.S. um revólver Rossi, calibre. 38, sem o devido registro.

Destarte, analisando detidamente o caso concreto, as circunstâncias do delito e a periculosidade do suspeito, de fato, a conservação da prisão cautelar do acusado se exhibe imprescindível.

Isso porque, embora a defesa alegue a inviabilidade da medida extrema, em razão do lapso temporal transcorrido da data do suposto crime (2014) até o recebimento da denúncia (2018), como bem destacou o douto magistrado em sua decisão, trata-se de suposta organização criminosa que atua praticando delitos na região há pelo menos 20 anos, altamente estruturada, composta por uma cúpula que possui forte influência na região, com utilização de grande poderio econômico, existindo necessidade concreta da segregação cautelar do paciente e demais acusados para a garantia da ordem pública, para assegurar a instrução criminal e para aplicação da lei penal.

Saliente-se que a existência de circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente, por si só, não é suficiente para garantir a liberdade provisória, se presentes os motivos que autorizam a prisão preventiva, como no caso dos autos, segundo pacífico respaldo jurisprudencial (STJ, RHC 44.857/MS, Rel. Min. Jorge Mussi, j: 05/06/17).

Frise-se, que não vislumbro, por total incompatibilidade com a preventiva, a possibilidade de imposição das medidas cautelares ao caso em apreço, especialmente diante dos gravíssimos delitos de homicídio qualificado e organização criminosa.

Logo, considerando que os delitos, em tese, praticados pelo paciente, possuem pena privativa de liberdade máxima superior há 04 (quatro) anos, é perfeitamente possível a prisão cautelar (art. 313, I, CPP).

Assim, observados e analisados concretamente os requisitos do art. 312 do CPP, os quais, aliados aos fortes indícios de autoria e materialidade do delito, a manutenção da segregação provisória é medida que se impõe.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no

momento oportuno.

Ademais, é cediço que *"já se pronunciou o col. Supremo Tribunal Federal no sentido de que 'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009)"* (HC 424.779/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 15/02/2018), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da cautela requerida.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator